

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Iracema Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Iracema Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Iracema Transmissora de Energia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Iracema Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Iracema Transmissora de Energia S.A a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Iracema Transmissora de Energia S.A preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação com data de 10 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.719	3.345
Concessionárias e permissionárias	8	2.817	2.535
Estoques		498	922
Adiantamentos a fornecedores		549	366
Impostos a recuperar		1.986	905
Outros ativos circulantes		4.831	4.268
		28.400	12.341
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	7	6.951	6.951
Outros ativos não circulantes		54	76
Imobilizado não vinculado à concessão		1.146	405
Imobilizado	9	262.351	271.021
Intangível	10	4.656	4.758
		275.158	283.211
Total do ativo		303.558	295.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		312	545
Fornecedores - partes relacionadas	21	5	4
Empréstimos - terceiros	12	6.906	6.912
Impostos e contribuições sociais		2.062	239
Taxas regulamentares	11	759	616
Outros passivos circulantes		455	343
		10.499	8.659
Passivo não circulante			
Empréstimos - terceiros	12	110.067	110.898
Outras contas a pagar com partes relacionadas		-	-
Outras provisões - compensação ambiental		1.392	1.479
		111.459	112.377
Patrimônio líquido			
Capital social		227.062	212.062
Prejuízo acumulado		(45.462)	(37.546)
	13	181.600	174.516
Total do passivo e do patrimônio líquido		303.558	295.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	14	17.209	18.454
Custo da operação	15	<u>(12.484)</u>	<u>(12.419)</u>
Lucro bruto		4.725	6.035
Despesas gerais e administrativas	16	(1.635)	(1.026)
Outras (despesas) / receitas operacionais	17	<u>2.099</u>	<u>883</u>
Lucro antes das receitas financeiras		5.189	5.892
Resultado financeiro	19	<u>(11.777)</u>	<u>(11.603)</u>
Receita financeira		1.237	1.179
Despesa financeira		(13.014)	(12.782)
Resultado antes dos impostos		(6.588)	(5.711)
Imposto de renda e contribuição social		(1.328)	-
Prejuízo do exercício		<u>(7.916)</u>	<u>(5.711)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prejuízo do exercício	(7.916)	(5.711)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(7.916)</u>	<u>(5.711)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	212.062	(31.835)	180.227
Prejuízo do exercício	-	(5.711)	(5.711)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	212.062	(37.546)	174.516
Aumento de capital	15.000	-	15.000
Prejuízo do exercício	-	(7.916)	(7.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	227.062	(45.462)	181.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	(6.588)	(5.711)
Ajustes		
Juros e variações cambiais sobre empréstimos	12.526	12.191
Depreciação e amortização	8.923	8.775
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(176)
Outras provisões - compensação ambiental	(87)	338
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(282)	(901)
Estoques	424	(230)
Impostos a recuperar	(812)	(267)
Adiantamentos a fornecedores	(737)	(149)
Outros ativos	(11)	(4.269)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(232)	93
Tributos e contribuições sociais	692	3.989
Impostos pagos	(197)	(4.658)
Juros pagos	(12.525)	(12.129)
Taxas regulamentares	143	(41)
Outros passivos	112	258
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	1.349	(2.887)
Aquisição de imobilizado e intangível	(892)	(2.406)
Baixa de Imobilizado e intangível	-	4.667
Títulos e valores mobiliários	-	185
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(892)	2.446
Aumento de capital	15.000	-
Empréstimos pagos	(1.083)	(625)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	13.917	(625)
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	14.374	(1.066)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.345	4.411
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.719	3.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Iracema" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui duas filiais localizadas no Município de Brejo Sanro e no Município de Paulistana.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem como propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção da linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará. As suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2008, firmado com a ANEEL, com um prazo de 30 anos, contados a partir de 17 de março de 2008.

A Companhia entrou em operação no dia 7 de dezembro de 2010 e teve o termo de liberação provisório emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 1º de março de 2011.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R\$13.757 (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão.

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1. 918/2015 estabeleceu a RAP em R\$19.139 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 21.612 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o ONS.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2017.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 9 - Imobilizado e 10 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em "Em Serviço" e "Em Curso". Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo "Em curso" correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

4.11. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável e indenizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.12. Fluxo de caixa

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Ativo							
Ativo circulante		28.400	(20.585)	48.985	12.341	(18.633)	30.974
Caixa e equivalentes de caixa		17.719	-	17.719	3.345	-	3.345
Concessionárias e permissionárias		2.817	-	2.817	2.535	-	2.535
Adiantamentos a fornecedores		549	-	549	366	-	366
Impostos a recuperar		1.986	-	1.986	905	-	905
Estoques		498	-	498	922	-	922
Ativo financeiro amortizável	a	-	(20.585)	20.585	-	(18.633)	18.633
Outros ativos circulantes		4.831	-	4.831	4.268	-	4.268
Ativo não circulante		275.158	67.285	207.873	283.211	85.772	197.439
Títulos e valores mobiliários		6.951	-	6.951	6.951	-	6.951
Ativo financeiro amortizável	a	-	(199.652)	199.652	-	(189.812)	189.812
Outros ativos não circulantes		54	-	54	76	-	76
Imobilizado não vinculado à concessão		1.146	-	1.146	405	-	405
Imobilizado	b	262.351	262.280	71	271.021	270.927	94
Intangível	b	4.656	4.656	-	4.758	4.657	101
Total de ativos		303.558	46.700	256.858	295.552	67.139	228.413

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Notas	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Passivo						
Passivo circulante	10.499	-	10.499	8.659	-	8.659
Fornecedores terceiros	312	-	312	545	-	545
Fornecedores partes relacionadas	5	-	5	4	-	4
Empréstimos com terceiros	6.906	-	6.906	6.912	-	6.912
Tributos e contribuições sociais	2.062	-	2.062	239	-	239
Taxas regulamentares	759	-	759	616	-	616
Outros passivos circulantes	455	-	455	343	-	343
Passivo não circulante	111.459	(9.942)	121.401	112.377	(6.179)	118.556
Financiamentos com terceiros	110.067	-	110.067	110.898	-	110.898
Outras provisões - compensação ambiental	1.392	-	1.392	1.479	-	1.479
Tributos diferidos	c -	(9.942)	9.942	-	(6.179)	6.179
Patrimônio líquido	181.600	56.642	124.958	174.516	73.318	101.198
Capital social	227.062	-	227.062	212.062	-	212.062
Prejuízo acumulado	d/e (45.462)	56.642	(102.104)	(37.546)	73.318	(110.864)
Total do passivo e do patrimônio líquido	303.558	46.700	256.858	295.552	67.139	228.413

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Receita operacional líquida	d	17.209	(11.788)	28.997	18.454	(6.217)	24.671
Custo da operação	e	(12.484)	(8.647)	(3.837)	(12.419)	(10.978)	(1.441)
Lucro bruto		4.725	(20.435)	25.160	6.035	(17.195)	23.230
Despesas gerais e administrativas		(1.635)	-	(1.635)	(1.026)	-	(1.026)
Outras (despesas) / receitas operacionais		2.099	-	2.099	883	-	883
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		5.189	(20.435)	25.624	5.892	(17.195)	23.087
Resultado financeiro		(11.777)	-	(11.777)	(11.603)	-	(11.603)
Receita financeira		1.237	-	1.237	1.179	-	1.179
Despesa financeira		(13.014)	-	(13.014)	(12.782)	-	(12.782)
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Lucro antes dos impostos		(6.588)	3.759	13.847	(5.711)	(17.195)	11.484
Imposto de renda e contribuição social	c	(1.328)	3.759	(5.087)	-	(15.177)	15.177
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(7.916)	(16.676)	8.760	(5.711)	(32.372)	26.661

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecido como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societária. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa		1
Bancos	1.452	1.215
Aplicações financeiras	16.267	2.129
	17.719	3.345

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

7. Títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conta reserva - Debêntures	6.951	6.951
	<u>6.951</u>	<u>6.951</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de emissão de debêntures (nota explicativa 10).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor da Caixa Econômica Federal (CEF) uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal da CEF.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	2.572	2.202
Vencidas até 30 dias	6	6
Vencidas até 60 dias	4	2
Vencidas até 90 dias	7	21
Vencidas até 120 dias	11	10
Vencidas até 180 dias	260	294
Vencidas há mais de 180 dias	294	337
	<u>3.154</u>	<u>2.872</u>
PCLD	(337)	(337)
	<u>2.817</u>	<u>2.535</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	(337)	(512)
Reversão	-	175
Complemento de provisão	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(337)</u>	<u>(337)</u>

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(c)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo imobilizado em serviço										
Transmissão	309.317	-	-	308	-	309.625	308	(51.502)	258.118	266.539
Terrenos	157	-	-	-	-	157	-	-	157	157
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.047	-	-	-	-	7.047	-	(1.476)	5.566	5.806
Máquinas e equipamentos	301.969	-	-	308	-	302.277	308	(50.001)	252.276	260.438
Veículos	136	-	-	-	-	136	-	(22)	114	133
Móveis e utensílios	8	-	-	-	-	8	-	(3)	5	5
Administração	235	-	-	19	-	254	19	(188)	66	79
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	42	-	-	19	-	61	19	(22)	39	31
Veículos	193	-	-	-	-	193	-	(166)	27	48
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	309.552	-	-	327	-	309.879	327	(51.690)	258.184	266.618

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(c)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão	4.388	813	(731)	(308)	-	4.162	(226)	-	4.162	4.388
Máquinas e equipamentos	264	5	-	-	-	269	5	-	269	264
Outros	4.124	808	(731)	(308)	-	3.893	(231)	-	3.893	4.124
Administração	15	9	-	(19)	-	5	(10)	-	5	15
Máquinas e equipamentos	15	4	-	(19)	-	-	(15)	-	0	15
Outros	-	5	-	-	-	5	5	-	5	-
	4.403	822	(731)	(327)	-	4.167	(236)	-	4.167	4.403
Ativo imobilizado	313.955	822	(731)	-	-	314.046	91	(51.690)	262.351	271.021

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016			2015
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Transmissão	3,00%	309.625	(51.502)	258.118	266.540
Administração	6,89%	254	(188)	66	79
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.168	(68)	1.100	405
		311.047	(51.758)	259.284	267.024

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado – transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9.3. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2016

Imobilizado em serviço – operacional	Grupo	Valor
Sistema de Telecomunicação para Aquisição de Dados	Máquinas e equipamentos	308
Microcomputador portátil Dell Latitude	Máquinas e equipamentos	4
Laptops Dell Latitude	Máquinas e equipamentos	15

9.4. Aquisições do ativo imobilizado em curso em 2016

	<u>Material e equipamentos</u>
Desenvolvimento de Projetos	49
Material em Depósito	494
Adiantamentos a Fornecedores	265
	<u>808</u>

9.5. Principais baixas do ativo imobilizado em 2016

Não houve baixa de ativo imobilizado transmissão no exercício de 2016.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)- (c)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo intangível em serviço										
Transmissão	4.733	-	-	-	-	4.733	-	(77)	4.656	4.656
Servidões	4.656	-	-	-	-	4.656	-	-	4.656	4.656
Softwares	77	-	-	-	-	77	-	(77)	0	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	126	-	-	-	-	126	-	(126)	0	101
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	126	-	-	-	-	126	-	(126)	0	101
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	4.859	-	-	-	-	4.859	-	(203)	4.656	4.757
Ativo intangível em curso										
Transmissão	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Ativo Intangível	4.860	-	-	-	-	4.860	-	-	-	-

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de amortização

		2016		2015	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Transmissão	10,00%	4.733	(77)	4.656	4.656
Administração	20,00%	126	(126)	0	101
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00%	47	(2)	45	-
		4.906	(205)	4.701	4.757

11. Taxas regulamentares

	2016	2015
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	55	13
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	159	163
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	545	440
	759	616

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Debêntures

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2016	2015
CEF	11/2010	11/2035	Mensal	10/01/17	Mensal	SAC	(i)	TR + <i>spread</i> 9% a.a.	116.973	117.810
									116.973	117.810
Circulante									6.906	6.912
Não circulante									110.067	110.898
									116.973	117.810

(i) **Garantias**

- Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas.
- Contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão.
- Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.
- Carta de fiança bancária contratada com o Banco Bradesco S.A..

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2018	3.009
2019	1.925
2020	1.806
2021 - 2028	103.327
	<u>110.067</u>

c) Covenants

De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período superior ou igual a 1,20 vezes. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia atingiu os índices propostos.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$212.062, dividido em 212.062.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2016 e 2015</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Até 2016, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016. A Companhia não propôs dividendos visto que o lucro societário absorveu prejuízos acumulados.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	19.786	21.184
Receita rateio de antecipação	1.297	1.497
Receita de encargos de transmissão	20.055	18.391
Recuperação de PIS e COFINS	1.877	2.020
Parcela ajuste do ciclo anterior	(1.331)	(724)
Indisponibilidade de equipamentos	(2.563)	-
Outras receitas	451	-
Deduções da receita operacional	(2.577)	(2.730)
PIS	(326)	(350)
COFINS	(1.504)	(1.610)
RGR	(495)	(533)
P&D	(172)	(186)
TFSEE	(72)	(51)
Outros	(8)	-
	17.209	18.454

15. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(1.880)	(1.804)
Material	(340)	(221)
Serviços de terceiros	(520)	(687)
Arrendamentos e aluguéis	(28)	(81)
Seguros	(20)	(20)
Tributos	(15)	(117)
Depreciação e amortização	(8.730)	(8.707)
Gastos diversos	(951)	(782)
	(12.484)	(12.419)

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(825)	(402)
Serviços de terceiros	(559)	(507)
Arrendamentos e aluguéis	(59)	(53)
Provisão	-	176
Depreciação	(5)	(57)
Gastos diversos	(132)	(87)
Outros	(55)	(96)
	(1.635)	(1.026)

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

17. Outras receitas / (despesas) operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendas da prestação de serviços	3.292	1.089
Tributos Sobre a Receita	(395)	(123)
Pessoal	(348)	-
Material	(79)	(28)
Serviços de terceiros	(70)	(11)
Arrendamento e Aluguéis	(142)	-
Depreciação	(60)	(10)
Outras despesas	(99)	(34)
	<u>2.099</u>	<u>883</u>

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM) e Centro de Operação do Sistema (COS).

18. Despesas de pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(1.216)	(1.179)
Encargos	(408)	(373)
Despesas rescisórias	(21)	(38)
Benefícios	(229)	(214)
Outros	(6)	-
	<u>(1.880)</u>	<u>(1.804)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(441)	(220)
Encargos	(136)	(63)
Benefícios	(194)	(119)
Outros	(53)	-
	<u>(824)</u>	<u>(402)</u>
	<u>(2.704)</u>	<u>(2.206)</u>

19. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita financeira	1.237	1.179
Receitas de aplicações financeiras	1.296	1.204
Outras receitas financeiras	(59)	(25)
Despesa financeira	(13.014)	(12.782)
Juros sobre empréstimos	(12.772)	(12.193)
Outras despesas financeiras	(115)	(589)
	<u>(11.777)</u>	<u>(11.603)</u>

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.719	3.345
Títulos e valores mobiliários	7	6.951	6.951
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2016	2015
Concessionárias e permissionárias	8	2.817	2.535
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2016	2015
Debêntures - terceiros	12	116.973	117.810
Fornecedores - terceiros		312	545
Fornecedores - partes relacionadas	21	5	4

20.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Iracema Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

21. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

21.1. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores - partes relacionadas <i>(i)</i>	5	4

21.2. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa de aluguel <i>(i)</i>	69	53

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores refere-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

22. Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.